

A. I. N° - 108881.0079/05-3
AUTUADO - MASCARENHAS COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - EDILTON OLIVEIRA SAMPAIO
ORIGEM - INFRAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 18. 09. 2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0236-05/06

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADA. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. MULTA. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escriturada. Infração elidida em parte. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração reconhecida. 3. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. a) FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Após comprovações, infração elidida em parte. b) RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração parcialmente elidida. Não acatada a arguição de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/3/2006, exige o ICMS no valor de R\$9.379,31, acrescido da multa de 60%, mais a multa no valor de R\$1.177,74 em razão:

1. Multa de 10% sobre o valor das operações comerciais, tendo em vista as entradas no estabelecimento de mercadorias tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal (maio a dezembro de 2002) – R\$1.177,74;
2. Falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias por transferências oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento (fevereiro e outubro a dezembro de 2003) – R\$1.519,77;
3. Falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação (junho, outubro e novembro de 2003, abril, maio, junho, agosto, setembro e outubro de 2004) - R\$4.912,87;
4. Recolhimento a menos do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação (maio, setembro e novembro de 2003, fevereiro, abril a julho, setembro e outubro de 2004) - R\$2.946,67.

O autuado impugnou parcialmente o lançamento fiscal (fls. 88/94), apresentando suas razões de defesa por infração e mês, apensando aos autos cópias dos documentos pertinentes as suas alegações.

Quanto à infração primeira, disse:

1. as mercadorias constantes das notas fiscais nº 323967, 625748, 95271, 204129, 82393, 204681, 204894, 179051 e 367613 foram devolvidas aos fornecedores conforme notas fiscais nº 395107, 674405, 8828, 206201, 83337, 206156, 206199, 181556 e 375585, respectivamente;
2. as mercadorias constantes daquela de nº 209166 de igual forma, foram devolvidas. Estaria, posteriormente, apresentando a nota fiscal de devolução;
3. os documentos fiscais de nº 95182, 6636 e 156024 se encontravam devidamente escriturados no seu livro Registro de Entradas, conforme demonstrou.

Em relação à infração terceira:

1. as mercadorias constantes das notas fiscais nº 220985, 588755, 784678, 38282, 839624, 266477, 306830, 6714, 268177, 275664, 501321, 861878, 874963, 874964, 874965, 874966 e 874967 foram devolvidas aos fornecedores conforme notas fiscais nº 225564, 6284, 6284, 44240, 882059, 270269, 314626, 7176, 270948, 279047, 72670, 891527, 886692, 886690, 886688, 888793 e 886686, respectivamente;
2. as mercadorias constantes daquelas de nº 16822 e 16839, de igual forma, foram devolvidas. Estaria, posteriormente, apresentando a nota fiscal de devolução;
3. o documento fiscal de nº 46339 se encontra devidamente escriturada no seu livro Registro de Entradas, conforme demonstrou;
4. a Nota Fiscal nº 787355, emitida em 30/9/2003 pela São Paulo Alpargatas S/A não foram compras da empresa autuada conforme declaração do fornecedor.

No que tange à quarta infração afirmou:

1. a Nota Fiscal nº 58279 e aquelas de nº 94310 e nº 61842 foram escrituradas e o imposto recolhido no prazo regulamentar;
2. no ano de 2004, a partir de abril, a autuante não observou que poderia deduzir 5% do imposto devido pois participa do projeto “Reversos Musicais” aprovado pelo Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA, conforme Certificado de Enquadramento nº 3318. Apresentou demonstrativo mensal do imposto antecipado que entendeu devido.

Ante o exposto, pugnou pela procedência parcial da autuação.

Antes de a autuante prestar sua informação fiscal, o defendente apensou aos autos novos documentos para fazer face às suas alegações (fls. 172/182).

A autuante ao prestar sua informação fiscal (fl. 183/184), após análise dos argumentos e provas trazidas pelo impugnante, acatou em parte suas alegações.

Em relação à infração 1, manteve o imposto cobrado do mês de maio de 2002, já que não contestado. Para o mês de junho de 2002 não aceitou a razão defensiva em relação às notas fiscais de nº 27207, 4478 e 209166, pois sem provas para embasar o argumento. Para os demais meses, concordou com o defendente, indicando que a autuação deveria ser desconstituída.

No que concerne à infração 3, manteve o imposto referente ao mês de novembro de 2003 e aqueles dos meses de setembro e novembro de 2004, já que não contestados.

Quanto à infração 4, observou inicialmente que a acusação não se referia a falta de escrituração de notas fiscais e sim, recolhimento a menos do ICMS por antecipação tributária. Assim, não houve contestação, no seu entendimento, para os meses de maio, setembro e novembro de 2003.

Quanto ao incentivo do FAZCULTURA o considerou. Refez o levantamento fiscal e indicou imposto a ser exigido nos meses de abril, setembro e outubro de 2004.

Apresentou débito total no valor de R\$4.082,66, conforme demonstrativo elaborado.

Chamado para tomar conhecimento das modificações realizadas pela autuante (fls. 186/186-A), o autuado manifestou-se (fl. 188) discordando do posicionamento da autuante em relação à infração 4. e para os meses de setembro e novembro de 2003, apresentando o argumento anteriormente exposto.

Pugnou, novamente, pela manutenção em parte do lançamento fiscal.

VOTO

O item primeiro do Auto de Infração exige multa de 10% sobre o valor comercial das mercadorias adquiridas tendo em vista a falta de escrituração das notas fiscais que acobertaram as operações comerciais. O autuado, quando de sua manifestação, impugnou em parte o lançamento fiscal, apresentando, com provas e para cada nota fiscal autuada, o motivo que considerou pertinente à desconstituição da exigência da multa aplicada. Após analisar a defesa, a autuante concordou com a mesma em todos os seus termos com exceção do argumento apresentado para a Nota Fiscal nº 209166.

De fato, embora o impugnante afirme que as mercadorias acobertadas pelo documento fiscal de nº 209166 tenham sido devolvidas, não fez prova deste fato. Na situação, sobre este documento deve permanecer a penalidade exigida no lançamento fiscal. Observo, ainda, que o defendente, quando de sua última manifestação, e após conhecimento da informação fiscal, não discordou da posição externada pelo fisco estadual.

Em vista do exposto, mantenho em parte a multa, por obrigação acessória, aplicada no valor de R\$448,22 e conforme demonstrativo de débito a seguir.

DEMONSTRATIVO DÉBITO INFRAÇÃO 1

DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	MULTA 10%
31/5/2002	9/6/2002	96,45
30/6/2002	9/7/2002	351,77
TOTAL		448,22

A infração segunda trata da falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento. Não houve contestação da acusação. Não havendo lide a ser decidida, mantenho o lançamento fiscal no valor de R\$1.519,77.

A infração 3 exige o ICMS pelo falta do seu recolhimento, por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e enquadradas no regime de substituição tributária. De igual forma, a empresa se insurge parcialmente quanto a irregularidade apurada. A autuante ao analisar as provas e razões de defesa apresentadas concordou em sua totalidade com a mesma. Em vista da análise realizada pelo fisco estadual somente posso concordar com ela, mantendo a acusação fiscal para exigir o imposto no valor total de R\$722,84, referente aos meses de novembro de 2003 e agosto e setembro de 2004, conforme demonstrativo de débito abaixo indicado.

DEMONSTRATIVO DÉBITO INFRAÇÃO 3

DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	ICMS	MULTA (%)
30/11/2003	9/12/2003	176,48	60

31/8/2004	9/9/2004	481,91	60
30/9/2004	9/10/2004	64,45	60
TOTAL		722,84	

A infração 4 exige o ICMS pelo seu recolhimento a menos por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e enquadradas no regime de substituição tributária.

O sujeito passivo, mais uma vez, defende-se parcialmente da irregularidade apurada. Em relação aos meses de maio, setembro e novembro de 2003, afirmou que as notas fiscais foram escrituradas e o imposto corretamente recolhido nos prazos legais. Quanto ao exercício de 2004, e a partir de abril, a fiscal autuante não considerou que tem autorização, através do FAZCULTURA, de deduzir 5% do imposto devido.

A autuante acatou o argumento de defesa em relação ao ano de 2004. Deduziu 5% sobre o valor do ICMS devido, apresentando débito para os meses de fevereiro, abril, setembro e outubro. Quando de sua manifestação, o autuado não questionou a situação, o que, implicitamente, concordou com a mesma. Assim, o ICMS relativo à estes meses e conforme apurado pela autuante é mantido.

Em relação aos meses de 2003, não houve concordância da fiscal com o argumento da empresa autuada, que não se resignou, apresentando, na sua última manifestação o mesmo argumento que já havia exposto. No caso, não posso sustentar, neste momento, seu argumento, uma vez que:

1. o que aqui se exige é a diferença de imposto, por antecipação tributária, que deixou de ser recolhido mensalmente e nos prazos legais e não a falta de escrituração de documento fiscal;
2. embora o sujeito passivo tenha afirmado que calculou corretamente o imposto sobre as mercadorias consignadas nas notas fiscais autuadas, não demonstrou, em qualquer momento, qual o erro cometido pelo fisco neste calculo;
3. os recolhimentos efetuados nos meses de maio (R\$10.271,93 mais Denúncia Espontânea de R\$1.286,30), setembro (R\$3.584,92) e novembro (R\$10.050,39) foram considerados quando da apuração da diferença encontrada.

Diante do exposto, mantenho em parte a autuação no valor de R\$1.391,83, conforme apresentado pela autuante quando de sua informação fiscal e abaixo explicitado.

DEMONSTRATIVO DÉBITO INFRAÇÃO 4

DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	ICMS	MULTA (%)
30/5/2003	9/6/2003	159,95	60
30/9/2003	9/10/2003	178,25	60
30/11/2003	9/12/2003	67,54	60
28/2/2004	9/3/2004	140,87	60
30/4/2004	9/5/2004	159,14	60
30/9/2004	9/10/2004	672,38	60
31/10/2004	9/11/2004	13,70	60
TOTAL		1.391,83	

Voto pela procedência parcial do Auto de Infração para exigir o ICMS no valor de R\$3.634,44, mais a multa, por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$448,22.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por

unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **108881.0079/05-3**, lavrado contra **MASCARENHAS COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$3.634,44**, acrescido da multa 60%, prevista no art. 42, II, “d” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$448,22**, prevista no art. 42, IX, do mesmo Diploma Legal, com os acréscimos moratórios estabelecidos a partir da edição da Lei nº 9.837/95.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de julho de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS – PRESIDENTE/RELATORA

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS – JULGADOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR